

publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 225, de 19 de novembro de 2008, e do n.º 3 do artigo 5.º do Regulamento Interno dos Serviços da Presidência do Instituto Politécnico de Coimbra, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 20 de outubro de 2015;

Nos termos previstos no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação, e na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

Nomeio o licenciado João Maria Leitão Montezuma de Carvalho, para o cargo de Chefe de Divisão do Departamento de Gestão de Recursos Humanos dos Serviços da Presidência do Instituto Politécnico de Coimbra, com efeitos a partir da data do presente despacho.

24.10.2018. — O Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, *Jorge Manuel dos Santos Conde*.

Nota curricular

Dados pessoais

Nome — João Maria Leitão Montezuma de Carvalho
Local e data de nascimento — Coimbra, 21 de fevereiro de 1975

Habilitações Académicas

Licenciatura em Direito, pela Universidade Internacional da Figueira da Foz, concluída em dezembro de 2002.

Atividade/Experiência profissional

Exerce o cargo de Chefe de Divisão do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do Instituto Politécnico de Coimbra, por nomeação em regime de substituição, em 1 de novembro de 2017.

Em 1 de fevereiro de 2017 foi nomeado no cargo de coordenador de serviço, em regime de substituição, assumindo a coordenação dos Serviços Académicos, Gabinete de Relações Internacionais e Biblioteca.

Exerceu funções como técnico superior na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, de 2010 até 30 de janeiro de 2017, sendo responsável pela coordenação dos serviços académicos desta unidade orgânica, entre 2014 e 2017.

Lecionou a disciplina de Direito e Ética Ambiental na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, entre 2008 e 2012.

Desempenhou funções de técnico superior nos Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Coimbra, assegurando a coordenação do Gabinete de Apoio ao Presidente e Gabinete de Atendimento Documentação e Arquivo, entre 2003 a 2010.

Exerceu funções de apoio aos órgãos de gestão no Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, de 1993 a 2003.

311766128

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Despacho n.º 10478/2018

Em 16 de outubro de 2018 foi proferido o despacho de delegação de competências no Diretor dos Serviços de Apoio aos Alunos dos Serviços de Ação Social do IPG, Dr. António José Martins Afonso, que se publica em anexo.

25 de outubro de 2018. — O Presidente do IPG, *Prof. Doutor Constantino Mendes Rei*.

ANEXO

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 92.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e do artigo 40.º dos Estatutos do Instituto Politécnico da Guarda — adiante designado por IPG — homologados pelo Despacho Normativo n.º 48/2008, de 20 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 4 de setembro de 2008, conjugados com o disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deogo no Diretor dos Serviços de Apoio aos Alunos dos Serviços de Ação Social do IPG, Dr. António José Martins Afonso, as seguintes competências e os poderes necessários para, no âmbito da entidade que dirige e sem prejuízo do poder de avocação:

a) Autorizar a definição dos horários de trabalho dos trabalhadores dos Serviços de Ação Social do IPG, de acordo com o disposto nos artigos 110.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

b) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário;

c) Justificar e injustificar faltas;

d) Autorizar o gozo e acumulação de férias e as alterações ao respetivo mapa;

e) Autorizar a prestação de serviços e a venda de produtos próprios;

f) Decidir sobre os requerimentos de atribuição de bolsa de estudo, auxílios de emergência, complementos, benefícios e demais apoios no quadro da ação social escolar, nos termos do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior;

g) Efetuar, através dos Serviços, a verificação de pelo menos 10 % dos processos deferidos por renovação automática, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 63.º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior;

h) Decidir, mediante proposta dos Serviços, sobre as candidaturas ao alojamento em residências de estudantes, bem como fixar os respetivos prazos de candidatura.

2 — Consideram-se ratificados todos os atos praticados pelo Diretor dos Serviços de Apoio aos alunos dos Serviços de Ação Social do IPG, no âmbito das competências delegadas, até à publicação do presente despacho no *Diário da República*.

311765545

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO

Edital n.º 1083/2018

1 — Faz -se público que, por despacho proferido a 11 de setembro de 2018 do Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), Rui Alberto Martins Teixeira, no uso de competência própria, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 92.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e na alínea f) do n.º 2 do artigo 30.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), homologados pelo Despacho Normativo n.º 7/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 6 de fevereiro de 2009, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias úteis a contar do dia útil imediato ao da publicação deste edital no *Diário da República*, concurso documental, para recrutamento de um professor adjunto, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com período experimental de cinco anos, para a área científica de Eletrotécnica e Informática, grupo disciplinar de Eletrotécnica e Telecomunicações, área disciplinar de Sistemas Embebidos, especialidade em Processamento Digital de Sinal, do mapa de pessoal deste Instituto, de acordo com o disposto nos artigos 10.º-B, 15.º, 15.º-A, 17.º e 29.º-B do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio, adiante designado por ECPDESP, conjugados com o Regulamento Concursal para a Contratação de Pessoal Docente de Carreira do IPVC — Despacho n.º 7986/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 18 de junho de 2014.

2 — Prazo de validade: o concurso é válido para o preenchimento do posto de trabalho indicado, caducando com o seu preenchimento ou um ano após a data de homologação da lista de classificação final pelo Presidente do IPVC.

3 — São requisitos gerais de admissão ao presente concurso os previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 12.º-E do ECPDESP.

4 — São requisitos especiais de admissão os definidos no artigo 17.º do ECPDESP: ao presente concurso poderão candidatar-se os detentores do grau de doutor ou do título de especialista na área disciplinar ou área disciplinar afim daquela para que é aberto o presente concurso.

5 — Caracterização do conteúdo funcional da categoria: o descrito no n.º 4 do artigo 3.º do ECPDESP.

6 — Formalização da candidatura: a candidatura deverá ser formalizada mediante requerimento dirigido ao presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, podendo ser entregue pessoalmente nos Serviços Centrais, localizados na Rua Escola Industrial e Comercial de Nun'Álvares, n.º 34, 4900-347 Viana do Castelo, ou remetido pelo correio, sob registo e com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas para a referida morada, e deverá conter os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome completo e nome adotado em referências bibliográficas, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade/cartão do cidadão ou de documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito, estado civil, profissão, residência, código postal, telefone e endereço eletrónico de contacto);

b) Habilitações académicas e ou títulos profissionais/académicos;

c) Categoria, grupo ou área disciplinar a que pertence, tempo de serviço como docente do ensino superior e instituição a que pertence, se aplicável;

d) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal;

e) Identificação do concurso a que se candidata e referência ao *Diário da República* em que foi publicado o presente edital;

f) Data e assinatura.

7 — Instrução do requerimento de admissão:

7.1 — Os requerentes deverão fazer acompanhar os seus requerimentos dos seguintes documentos comprovativos do cumprimento dos requisitos gerais, previstos no artigo 17.º da LGTFP:

a) Certificado do registo criminal comprovativo da não inibição do exercício de funções públicas, ou não interdição do exercício daquelas que se propõe desempenhar;

b) Declaração do próprio candidato que assegure o cumprimento dos requisitos de robustez física e o perfil psíquico exigidos para o exercício das funções a que se candidata;

c) Boletim de vacinação obrigatória.

7.2 — De acordo com o ECPDESP, e em consonância com o Regulamento de Recrutamento e Contratação de Pessoal Docente de Carreira do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, o requerimento de admissão ao concurso é ainda instruído com os seguintes elementos:

a) Documento comprovativo do preenchimento dos requisitos especiais previstos no n.º 4 do presente edital: certidão dos graus e títulos exigidos e certidão comprovativa do tempo de serviço (se aplicável);

b) Um exemplar, entregue em papel, do *curriculum vitae* do candidato;

c) Um exemplar, entregue em papel, dos trabalhos referidos pelo candidato no seu *curriculum vitae*.

7.3 — Dos elementos referidos nas alíneas b) e c) do número anterior, deverão ainda ser entregues seis exemplares em suporte digital (formato pdf, devidamente identificado).

8 — A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos (gerais e especiais) legalmente exigidos nos termos do presente edital, ou a sua apresentação fora do prazo estipulado, determina a exclusão do procedimento.

9 — Na fase de apresentação das candidaturas é dispensada a apresentação dos documentos referidos no ponto 7.1 do presente edital, desde que os candidatos declarem no próprio requerimento ou em documento à parte, sob compromisso de honra, em alíneas separadas, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos.

10 — Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 16.º do Regulamento de Recrutamento e Contratação de Pessoal Docente de Carreira do IPVC, o júri pode solicitar aos candidatos a entrega de documentação complementar relacionada com o currículo apresentado, reservando-se o direito de não valorar os elementos que entenda que essa documentação deveria comprovar se a mesma não for entregue.

11 — A apresentação de documento falso determina a imediata exclusão do concurso e a participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.

12 — Os candidatos que prestem serviço no IPVC ficam dispensados da apresentação dos documentos que já existam no seu processo individual, devendo o facto ser expressamente mencionado no respetivo requerimento de admissão.

13 — O júri, nomeado pelo despacho IPVC-P-57/2018, é constituído pelos seguintes elementos:

Presidente: Paulo Alexandre da Costa Fernandes, por delegação de competências, professor coordenador do Instituto Politécnico de Viana do Castelo;

Vogais efetivos:

João Miguel Queirós Magno Leitão, professor coordenador do Instituto Politécnico do Porto;

Luís Miguel Pinho de Almeida, professor associado da Universidade do Porto;

Paulo Jorge Pinto Leitão, professor coordenador do Instituto Politécnico de Bragança;

Pedro Miguel do Vale Moreira, professor coordenador do Instituto Politécnico de Viana do Castelo;

Vitor Hugo Mendes da Costa Carvalho, professor coordenador do Instituto Politécnico do Cávado e Ave.

14 — Critérios de seleção e seriação dos candidatos: De acordo com o disposto no 15.º-A do ECPDESP e no artigo 24.º do Regulamento dos Concursos para a Contratação do Pessoal da Carreira Docente do IPVC, os parâmetros gerais de avaliação e ordenação dos candidatos, visando averiguar o mérito dos candidatos para as funções a desempenhar, são os seguintes, aos quais foi atribuída a seguinte ponderação:

a) Componente DTCP — Desempenho Técnico-Científico e Profissional relevantes na área disciplinar/disciplina em que é aberto o concurso: 40 %;

b) Componente CP — Capacidade Pedagógica relevante na área disciplinar/disciplina em que é aberto o concurso: 30 %;

c) Componente OAR — Outras atividades relevantes para a missão da instituição: 30 %.

14.1 — Na avaliação do desempenho técnico-científico e profissional (DTCP) são objeto de ponderação os seguintes parâmetros e itens, apresentando-se, em relação a cada item, a pontuação máxima a atribuir:

I. Subcomponente DTCP 1 (ponderação de 50 %): Livros, artigos, comunicações científicas, tendo em consideração a relevância para a área disciplinar/disciplina em que é aberto o concurso e fatores de qualidade; Coordenação e participação em projetos científicos; Geração de propriedade intelectual.

I.a) Livros (autor/coautor): 20 pontos por item;

I.b) Artigos com arbitragem/capítulos de livros: 8 pontos por item;

I.c) artigos sem arbitragem: 2 pontos por item;

I.d) Editor/coeditor/coordenador de obras (livros, atas, revistas): 8 pontos por item;

I.e) Conferências: 6 pontos por item;

I.f) Comunicações orais/poster: 4 pontos por item;

I.g) Recensões, resumos, relatórios, outros: 4 pontos por item;

I.h) Workshop/painel/ Mesa redonda e similar: 5 pontos por item;

I.i) Prémios e distinções: entre 5 e 20 pontos por item;

I.j) Responsável de Projeto financiado por entidade externa FCT ou outra: 6 pontos por ano;

I.k) Participação em projeto financiado por entidade externa: 3 pontos por ano;

I.l) Projetos (responsável/elemento) não financiados mas classificados pelo menos com bom: 3 pontos por item;

I.m) Qualidade global da produção científica, nomeadamente a destacada pelo candidato: entre 0 e 80 pontos.

II. Subcomponente DTCP 2 (ponderação de 30 %): Orientação de teses, Participação em júris de provas e concursos académicos.

II.a) Orientação de teses de mestrado (aprovadas): 6 pontos por item;

II.b) Orientação de teses de doutoramento (aprovadas): 10 pontos por item;

II.c) Participação em júris de mestrado/bancas de qualificação (exceto se orientador): 3 pontos por item (se nacional) e 4 pontos por item (se internacional);

II.d) Participação em júris de doutoramento ou especialista (exceto se orientador): 6 pontos por item (se nacional) e 8 pontos por item (se internacional);

II.e) Participação em júris de agregação: 8 pontos por item;

II.f) Participação em júris de concurso de pessoal docente:

II.f) 1 — Júri de Concurso para Assistente: 2 pontos por item;

II.f) 2 — Júri de Concurso para Professores Adjuntos: 3 pontos por item;

II.f) 3 — Júri de Concurso para Professores Coordenadores ou Professores Associados: 6 pontos por item;

II.f) 4 — Júri de Concurso para Professores Coordenadores Principais ou Professores Catedráticos: 8 pontos por item.

III. Subcomponente DTCP 3 (ponderação de 20 %): Habilitações académicas relevantes para a área disciplinar/disciplina para que é aberto o concurso; desempenho de outras atividades técnico-científicas e/ou profissionais relevantes na área disciplinar/disciplina em que é aberto o concurso.

III.a) Habilitação académica relevante para a área disciplinar/disciplina do concurso: 40 pontos;

III.b) Habilitação académica afim da área disciplinar/disciplina do concurso: 25 pontos;

III.c) Avaliador na A3ES ou similar: 15 pontos por ano;

III.d) Elaboração de estudos, pareceres ou similar: 4 pontos por item;

III.e) Avaliador de artigos científicos, projetos de investigação, etc.: 3 pontos por item;

III.f) Membro de conselho editorial: 5 pontos por revista;

III.g) Membro do conselho científico de eventos: 4 pontos por evento;

III.h) Moderador em palestras, seminários, etc.: 2 pontos por item;

14.2 — Na avaliação da capacidade pedagógica (CP) são objeto de ponderação os seguintes parâmetros e itens, apresentando-se, em relação a cada item, a pontuação máxima a atribuir:

I. Subcomponente CP 1 (ponderação de 30 %)

I.a) Experiência efetiva de serviço docente no ensino superior: 4 pontos por ano;

I.b) Experiência efetiva de serviço docente noutros graus de ensino: 2 pontos por ano.

II. Subcomponente CP 2 (ponderação de 40 %)

II.a) docência relevante na área disciplinar em que é aberto o concurso, tendo em consideração fatores como a regência, a diversidade e a elaboração dos programas das disciplinas lecionadas: até 4 pontos por ano.

III. Subcomponente CP 3 (ponderação de 30 %)

III.a) Qualidade do material pedagógico publicado ou apresentado: de 0 a 50 pontos;

III.b) Supervisão de atividades pedagógicas: orientação de estágios, projetos ou alunos em prática pedagógica: de 0 a 100 pontos;

III.c) Tutorias a alunos não contabilizados na DSD (até ao máximo de 25 alunos): 2 pontos por aluno;

III.d) desempenho de outras atividades pedagógicas que o júri considere relevantes na área disciplinar/disciplina em que é aberto o concurso (organização de palestras e visitas de estudo, frequência de cursos de formação de caráter pedagógico, etc.) — 3 a 5 pontos por item, até ao máximo de 50 pontos;

III.e) Qualidade do desempenho pedagógico avaliado pelos alunos, considerando uma escala de avaliação de 1 a 4 e as dez últimas avaliações pedagógicas semestrais (toma-se avaliação pela média dos resultados obtidos na avaliação global do semestre)

Avaliação entre 2,5 e 3 — 6 pontos por item;

Avaliação entre 3 e 4 — 8 pontos por item.

14.3 — Na avaliação das outras atividades Relevantes para a Missão da Instituição (OAR) são objeto de ponderação os seguintes parâmetros e itens, apresentando-se, em relação a cada item, a pontuação máxima a atribuir:

I. Subcomponente OAR 1 (ponderação de 50 %): Desempenho de cargos de gestão da instituição (presidência/direção, presidência do Conselho Científico/Pedagógico, vice-presidência; coordenação de departamento/área científica/grupo disciplinar, coordenação de curso, direção de unidades de investigação ou de prestação de serviços).

I.a) Presidente/Reitor de instituição de ensino superior: 40 pontos por ano completo;

I.b) Vice-presidente/Vice-reitor de instituição de ensino superior: 35 pontos por ano completo;

I.c) Presidente/Diretor de Escola ou Unidade Orgânica: 30 pontos por ano completo;

I.d) Pró-presidente/Pró-reitor, Vice-presidente/Subdiretor de Escola ou Unidade Orgânica, Presidente de Conselho Científico e Conselho Pedagógico: 24 pontos por ano completo;

I.e) Vice-Presidente de Conselho Científico e de Conselho Pedagógico, Coordenador de Comissão Científica: 10 pontos por ano completo;

I.f) Secretário de órgãos institucionais: 9 pontos por ano completo;

I.g) Coordenador de Área Científica ou Departamento: 20 pontos por ano;

I.h) Coordenador de Grupo Disciplinar: 12 pontos por ano;

I.i) Coordenador de Curso de Licenciatura ou Mestrado: 20 pontos por ano;

I.j) Coordenador de Curso CET, CTeSP ou de Pós-graduação: 12 pontos por ano;

I.k) Gestor Institucional da Qualidade: 10 pontos por ano;

I.l) Responsável por unidade/serviços: 8 pontos por ano.

II. Subcomponente OAR 2 (ponderação de 30 %): Membro de órgãos e participação em grupos/comissões de trabalho institucionais (criação e reestruturação de cursos, avaliação de pessoal, etc.).

II.a) Membro de Conselho Científico, Pedagógico, Conselho Geral e Conselho Académico: 7 pontos por ano;

II.b) Membro da Comissão de Curso de Licenciatura ou Mestrado: 6 pontos por ano;

II.c) Membro da Comissão de Curso CET, CTeSP ou de Pós-graduação: 5 pontos por ano;

II.d) Membro de Comissão Institucional (elaboração de regulamentos, planeamento estratégico, comissões estatutárias, criação e reestruturação de cursos, avaliação de pessoal, membro institucional do Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade (SGGQ), etc.): 5 pontos por participação.

III. Subcomponente OAR 3 (ponderação de 20 %): Outras atividades relevantes (membro de júris de maiores de 23 anos, CET, CTESP,

Mestrados, etc; organização de eventos científicos ou artísticos; participação em ações de divulgação da instituição; responsabilidade de laboratórios, responsabilidade em concursos de aquisição de equipamentos, etc.).

III.a) Presidente e Membro de júri de seleção/seriação mestrado, pós-graduação, concursos especiais, concursos > 23 anos, CET, CTeSP e similares: 7 pontos por item;

III.b) Participação em programa de Mobilidade — Estádias docentes e de investigação: 7 pontos por participação;

III.c) Responsável pela organização de eventos científicos ou artísticos: 10 pontos por evento;

III.d) Membro da comissão organizadora de eventos científicos ou artísticos: 4 pontos por evento;

III.e) Responsável/Membro da comissão organizadora de eventos científicos ou artísticos internacionais: 7 pontos por evento;

III.f) Participação em ações de divulgação da instituição (mostras, artigos na imprensa, etc.): 4 pontos por ação;

III.g) Responsabilidade em concursos de aquisição de equipamentos: 10 pontos por concurso;

III.h) Cargos em órgãos diretivos de sociedades científicas/artísticas: 7 pontos por cargo.

15 — O currículo do candidato deve ser organizado e apresentado tendo em conta os critérios e parâmetros de avaliação identificados do n.º 14 do presente edital.

16 — A ordenação dos candidatos deve ser fundamentada na avaliação feita com base nos parâmetros gerais de avaliação e correspondentes fatores de ponderação aprovados.

16.1 — De acordo com a grelha resultante do n.º 14, cada membro do júri valoriza cada uma das subcomponentes para cada candidato. A pontuação do candidato em cada subcomponente é a média aritmética das valorizações feitas pelos membros do júri.

16.2 — Os resultados obtidos da aplicação das regras definidas no ponto 16.1 são objeto de relativização, nos seguintes termos: em cada subcomponente, ao candidato com o maior número de pontos obtidos é atribuído o valor 100; aos restantes candidatos será atribuído um valor proporcional tendo como referência o candidato com o maior número de pontos.

16.3 — A classificação Final (CF) da avaliação de cada candidato é calculada através da fórmula de ponderação das várias componentes e subcomponentes:

$$CF = DTCP * (dtp1 * Pdp1 + dtp2 * Pdp2 + dtp3 * Pdp3) + CP * (cp1 * Pcp1 + cp2 * Pcp2 + cp3 * Pcp3) + OAR * (oar1 * Poar1 + oar2 * Poar2 + oar3 * Poar3)$$

em que Pxxi representa o número de pontos normalizado obtido em cada subcomponente.

17 — Nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 23.º do ECPDESP e da alínea o) do artigo 17.º do Regulamento Concursal para a Contratação de Pessoal Docente de Carreira do IPVC, o júri pode promover audições públicas, em igualdade de circunstâncias para todos os candidatos admitidos.

18 — O processo do concurso pode ser consultado pelos candidatos que o pretendam fazer nos serviços centrais do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, nas horas normais de expediente.

19 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

20 — O presente concurso será inscrito (registado) na BEP (Bolsa de Emprego Público), até ao 2.º dia útil após a presente publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de abril, inserido no sítio da Internet da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, nas línguas portuguesa e inglesa, assim como, de igual modo, no sítio da Internet do IPVC.

15 de outubro de 2018. — O Presidente do IPVC, *Rui Alberto Martins Teixeira*.